



Índice

- 01 MPF/MT: União terá de garantir remédios e médico para índios da etnia Enawenê Nawê
- 02 Indígenas ocupam sede da AGU e exigem a revogação da Portaria 303
- 03 RJ – A Ocupação Quilombo Das Guerreiras exige uma solução imediata!
- 04 Em favor da excepcionalidade na escolha de direção do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR
- 05 Povo Apinajé: Situação das estradas vicinais de acesso às aldeias é caótica
- 06 Indígenas e quilombolas pedem inquérito criminal para investigar deputados que deram declarações racistas
- 07 Pró-Índio disponibiliza publicações esgotadas para download
- 08 Governo quer mais 4 meses para resolver a Questão Indígena da Fazenda Buriti. Até imóveis continuam invadidos
- 09 Polícia Federal conclui inquérito sobre triplo assassinato no sul do Amazonas e pede prisão de mais 25 pessoas
- 10 Perfil de beneficiários de reserva extrativista é tema de debate
- 11 Indiaroba: produtos da mangaba na alimentação escolar
- 12 Governo e sociedade discutem políticas para comunidades tradicionais



- 13** Governo articula políticas sociais para a comunidade Quilombola Caraíbas
- 14** Mulher de comunidade quilombola da Amazônia relata história de superação em filme patrocinado pela Petrobras
- 15** Produtores da Buriti farão 'contra laudos' para reavaliar terras
- 16** Santarém tem 90 dias para consulta sobre educação indígena
- 17** Prefeito Alcides Bernal recebe homenagem do conselho indígena
- 18** TO-126 está bloqueada há cinco dias em protesto no Bico do Papagaio
- 19** Indígenas suspendem ameaça de atear fogo nas torres até encontro com Sandoval
- 20** Irmãs confessam morte de indígena em lagoa de Itaporã
- 21** Justiça manda União garantir médico e remédios a índios Enawenê Nawê
- 22** Barbosa suspende reintegração em áreas ocupadas por índios
- 23** Documentário retoma denúncia de massacre de índios
- 24** Em MS, 13% das vagas nos concursos são para negros e índios
- 25** Índios pedem rejeição de projetos que ferem direito dos povos indígenas
- 26** Índios Apinagés interditam estrada entre Tocantinópolis e Maurilândia e prometem atear fogo em torre de energia
- 27** Índios protocolam representação contra deputados
- 28** MPF/SE: sentença determina aquisição de terras para índios Fulkaxó
- 29** Produtores têm 30 dias para contrapor laudos da Funai para a região de Buriti
- 30** Nota sobre a situação de risco no entorno das Terras Indígenas dos povos Paumari,



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Banawa, Deni, Suruwaha e Hi Merimã, na bacia do rio Tapauá (Purus, AM)



MPF/MT: União terá de garantir remédios e médico para índios da etnia Enawenê Nawê

SÍTIO MPF, 27.02.2014

Na mesma decisão, que atendeu ao pedido feito pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso, a Justiça Federal determinou que seja feita perícia na água consumida pelos índios

O Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF/MT) obteve na Justiça Federal uma decisão liminar que obriga a União a manter em estoque todos os medicamentos que integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename/Indígena) e aqueles prescritos pelos médicos que porventura não constem nessa lista para atender aos índios da etnia Enawenê Nawê, que vivem na terra indígena próximo ao município de Juína, no noroeste do estado. O prazo para a União é de 60 dias, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil caso algum medicamento seja suprimido.

A União também terá que apresentar, em 30 dias, o planejamento para a aquisição e reposição dos medicamentos para os próximos seis meses e para a estruturação do posto de saúde que fica na aldeia Halataikwa.

A decisão da Justiça Federal, do dia 19 de fevereiro, atende aos pedidos feitos pelo Ministério Público Federal na ação proposta em dezembro de 2013 com base em relatórios de fiscalização e em inúmeras denúncias dos índios sobre a situação da saúde na aldeia.

Fora da aldeia, a unidade de saúde mais próxima, que é a responsável pela continuidade no atendimento aos Enawenê Nawê, fica no município de Brasnorte, a 300 quilômetros da terra indígena. Essa unidade de saúde, que também atende a outras duas etnias que vivem na região, está instalada em um hotel alugado. Para solucionar essa situação, a União terá que apresentar, em 60 dias, um cronograma sobre o andamento e o prazo para a aquisição do terreno para a construção da sede do polo de saúde.

Médico na aldeia - A decisão judicial determina, também, que dentro de 30 dias, os índios terão que contar com o atendimento exclusivo e ininterrupto de médico no posto de saúde da aldeia Halataikwa.

A União também terá que realizar uma perícia para analisar a qualidade da água consumida pelos Enawenê Nawê. A suspeita dos índios e do coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena responsável pela aldeia é de que a água é a possível fonte de transmissão de verminose e outras doenças. Em dezembro de 2013, um surto de conjuntivite, pneumonia e diarreia adoeceu dezenas de índios. Só de conjuntivite, a equipe de enfermagem registrou 180 casos atendidos no mês.

Na decisão judicial, a juíza da Vara única de Juína afirma que "(...) se revela indispensável que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

a União saia da omissão e cumpra seu dever de fornecer condições dignas e salubres de vida a estas populações originárias, que vivem em terras do referido ente federado em locais distantes, de difícil acesso, em condições precárias de vida e saúde, razão pela qual é imperiosa a disponibilização de meio para que a saúde desses indivíduos seja mantida, oferecendo, nas aldeias, meio de socorro imediato à saúde”.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal no Mato Grosso
(65) 3612-5083 / 9286-2891
ascom@prmt.mpf.gov.br
www.prmt.mpf.gov.br



Indígenas ocupam sede da AGU e exigem a revogação da Portaria 303

SÍTIO CIMI, 27.02.2014

Pela revogação da Portaria 303, a sede da Advocacia-Geral da União (AGU), em Brasília (DF), foi ocupada no final da tarde desta quinta-feira (27), por 40 indígenas dos povos Terena, Guarani Kaiowá e Nandeva. A ação ocorreu sem conflitos e conforme as lideranças do movimento uma vigília de cunho ritualístico seguirá noite adentro.

“Reivindicamos a revogação da portaria porque os ministros do STF foram taxativos na posição de que as condicionantes impostas à (Terra Indígena) Raposa Serra do Sol (Petição 3388) não se estendem para as demais terras indígenas do país”, afirma Lindomar Terena.

O advogado-geral da União, ministro Luiz Inácio Adams, declarou à imprensa, ainda durante o julgamento da Petição 3388, em outubro do ano passado, que independente da decisão do STF a Portaria 303 entraria em vigor. Nos meses seguintes, porém, interlocutores do governo federal afirmaram às lideranças indígenas que Adams faria ajustes à portaria.

“Não se trata de ajustes, mas sim de revogação. Lá na ponta (regiões), a Portaria 303 vem sendo usada como justificativa para ataques contra nossos povos. Dizem que não, mas sabemos que ela está em vigor desde antes do julgamento da Raposa Serra do Sol pelo STF”, declara Lindomar.

A revogação da Portaria 303, inclusive, vem servindo de empecilho para a efetivação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre seus pontos, a portaria garante a entrada, sem consulta prévia aos povos indígenas, de empreendimentos, inclusive do agronegócio, e bases militares no interior dos territórios tradicionais.

“Como pode o governo federal querer regulamentar a Convenção 169 com uma portaria que ataca o que diz a própria Convenção? Nunca nos fechamos para o diálogo, mas como dialogar nestes termos? Então, as demarcações quase não ocorrem, a Funai é deixada de lado e até mesmo o STF é desafiado”, analisa Lindomar.

Ampla ofensiva

Com a publicação do acórdão da Petição 3388, a Portaria 303 entrou em vigor e até o momento não foi revogada, suspensa ou sofreu qualquer alteração. Em dezembro do ano passado, todavia, a ofensiva contra o direito territorial dos povos indígenas seguiu: a instalação da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215.

A instalação da comissão foi uma represália da bancada ruralista ao recuo do governo federal em alterar o Decreto 1775, que regulamenta a demarcação de terras indígenas. A minuta da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

proposta de alteração vazou para a imprensa e o ministro José Eduardo Cardozo, depois de protestos nacionais dos povos indígenas, optou por segurar as modificações.

“Somos frutos e raízes desta terra, mas o governo federal judia da gente. Estamos cansados de sermos mortos, violentados. As terras indígenas no Mato Grosso do Sul e no Brasil todo deveriam ser demarcadas, mas quando o governo não faz nada ele entrega para quem nos expulsou delas”, diz Getúlio Juca Guarani Kaiowá, representante da Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani e Kaiowá.



RJ – A Ocupação Quilombo Das Guerreiras exige uma solução imediata!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

Em Quilombo Das Guerreiras

O prédio da Avenida Francisco Bicalho, 49, ocupado por dezenas de famílias em 2006 e batizado por estas como “Ocupação sem-teto Quilombo das Guerreiras”, já não é mais do coletivo de moradores. Os moradores que ainda permaneciam no prédio, até hoje, estão saindo deste lugar que por mais de 7 anos abrigou uma das maiores experiências de luta e resistência nesta cidade.

A Quilombo Das Guerreiras, ocupando o edifício 49 desta avenida até então abandonada e que, desde a “revitalização da área portuária”, foi vendida para o capital privado, mostrou que é possível viver em coletivo, que a autogestão é uma realidade, que uma comunidade não precisa de chefes, nem donos, e que ela pode se organizar em assembleias, comissões de trabalho e cuidar do seu destino.

Em 7 anos, um prédio abandonado há mais de 20 foi recuperado. Os próprios moradores fizeram as obras com mutirões e com o dinheiro do seu trabalho. Construíram cozinhas coletivas, bibliotecas, espaços de festa e de aula, banheiros coletivos, junto com apoios tocaram projetos de reforço escolar, Alfabetização de Jovens e Adultos, projetos de cinema e muitas outras atividades.

Hoje a ocupação não está mais nesse prédio, MAS ELA CONTINUA COMO COLETIVO DE MORADORES DA QUILOMBO DAS GUERREIRAS. Nas negociações com a prefeitura, ela recusou o aluguel social e avisou que quer continuar como coletivo, como comunidade que se organiza há mais de 7 anos e que já enfrentou 2 despejos antes. Hoje a Quilombo EXIGE UMA MORADIA COLETIVA, garantida pela prefeitura, e PRESSIONA A SEDURP para que isso seja feito imediatamente até que as casas do Projeto QUILOMBO DA GAMBOA, do qual a Quilombo das Guerreiras faz parte, sejam enfim entregues.

A luta continua.

O coletivo da Quilombo não acabou e não vai se render.



Em favor da excepcionalidade na escolha de direção do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena/UFRR

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

Acadêmicos indígenas dos Cursos de Licenciatura Intercultural, Gestão Territorial Indígena e Gestão de Saúde Coletiva, unidos às organizações indígenas, representantes legítimas dos povos de Roraima, desde ontem, 26, realizam uma manifestação contra um grupo de professores que buscam modificar o processo de escolha para a Direção do Instituto Insikiran, da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Com faixas e cartazes, o movimento saiu às ruas do campus universitário e reivindicou: Queremos continuar participando na escolha da Direção do Instituto Insikiran; Respeito às lideranças, o Insikiran é nosso; e Espaço conquistado, direitos respeitados. O movimento organizou uma Comissão composta por representantes das organizações e estudantes indígenas, onde foram recebidos pela Chefia de Gabinete da instituição, o que resultou na reunião com a Reitora da Universidade Federal de Roraima, Gioconda Martinez, que acontecerá na tarde desta quinta-feira (27), às 16h, no Auditório da Reitoria, de acordo com a reivindicação da Comissão.

Movimento indígena no campus da Universidade Federal de Roraima

Mesmo com o momento tenso no Instituto Insikiran e a ameaças de mudança no processo eleitoral, acontece durante o dia de hoje, 27, no bloco do Instituto a Eleição para escolha dos dirigentes aptos a assumirem os cargos de direção, coordenadores dos cursos de Gestão Territorial Indígena e Licenciatura Intercultural. A posse dos candidatos eleitos está prevista para ocorrer hoje ainda, após a votação. Os candidatos tem o apoio do movimento indígena.

Para reforçar as manifestações, os alunos do Curso de Licenciatura Intercultural elaboraram ontem uma Carta de Repúdio protestando contra o grupo de professores e a situação que ameaça o direito dos povos indígenas de continuarem com a autonomia na escolha da gestão do Instituto Insikiran, criado há dez anos, graças às demandas e reivindicações das comunidades e povos indígenas de Roraima. Confira a Carta na íntegra e entenda com mais detalhes a situação preocupante.

Carta de repúdio

Os Acadêmicos da licenciatura intercultural indígena do Instituto Insikiran iniciaram na manhã de ontem (26/02) um ato de protesto contra um grupo de professores que vem debatendo contra o regime de excepcionalidade na escolha dos dirigentes do referido Instituto.

Conforme o documento encaminhado a instância máxima da Universidade federal de Roraima no dia 15 de julho de 2013, pedindo para não manter um regime de excepcionalidade pelos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

professores: Dr.Fabio Almeida Carvalhos, Dr. Maxim Repetto, Dra. Fabiola Carvalho, Dra. Maria Barbara M.Berthonico, Ananda Machado, Jovina Mafra, Isabel Fonseca.

Para melhor entendimento, a Eleição dos dirigentes do Instituto Insikiram conta com a participação dos dirigentes indígenas de 58% e a participação dos não indígenas de 42% é o que vem ocorrendo desde a sua criação, o que é de fato um direito, já que sua existência foi consolidada com o protagonismo das lideranças indígenas.

No entanto, o grupo de professores acima mencionados querem uma eleição com Processo Unificado, onde a participação de votos dos Indígena cai para 12% e o voto dos não-indigenas será de 88%, tornando –se um caos total. Se o Instituto é um fruto do protagonismo indígena porque os doutores querem tomar toda nossa autonomia?

Amanha(27) acontece a eleição para nova coordenação do Instituto e mais uma vez o grupo tentou boicotar a eleição, pedindo a anulação do processo de eleição, o que lhes foi negado.

Portanto, os alunos insatisfeitos com a atitude antiética desse grupo de docente, vêm reivindicar seus direitos em forma democrática e transparente. Onde solicitam o afastamento definitivo dos tais professores, pois não existe mais nenhum tipo de dialogo entre os dirigentes e docentes.(Acadêmicos indígenas do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran)



Povo Apinajé: Situação das estradas vicinais de acesso às aldeias é caótica
SÍTIO ASSOCIAÇÃO DAS ALDEIAS APINAJÉ, 27.02.2014

Nos últimos anos temos procurado exaustivamente as autoridades e os órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais buscando uma solução para os problemas das estradas internas de acesso às 28 aldeias Apinajé localizadas nos municípios de Tocantinópolis e Maurilândia. São pelo menos 300 km de estradas vicinais por onde circulam diariamente bicicletas, motos, camionetas, caminhão e ônibus.

No momento existem alguns trechos dessas estradas vicinais que foram seriamente danificados pelas chuvas e estão em situação crítica, dificultando e inviabilizando o acesso do transporte escolar, o atendimento à saúde e outros serviços essenciais.

Especialmente preocupados com essa situação, último dia 24/02/14 estivemos reunidos na Procuradoria da República/PR-TO em Palmas (TO), com os representantes do MPF-TO, FUNAI e AGETRANS; pedindo uma solução emergencial para que nossa população não seja ainda mais prejudicada. Demonstrando indiferença e falta de compromisso com o povo Apinajé, os prefeitos de Tocantinópolis e Maurilândia, teriam sido convidados pelo MPF-TO, mais infelizmente não compareceram e nem enviaram representantes.

Entretanto no dia 24/02 ocorreu também na Assembléia Legislativa do Tocantins uma Audiência Pública bem concorrida, para tratar da questão de pavimentação de rodovias em terras indígenas. Dessa vez foi debatido o asfaltamento das rodovias na terra indígena Xerente.

No sentido de fazer pressão política, na mesma data, alguns manifestantes índios e não-índios manipulados e incentivados por políticos e empresários da região, bloquearam a rodovia TO 126, próximo o povoado Ribeirão Grande no município de Tocantinópolis (TO). O objetivo desse movimento é obrigar os órgãos da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento da TO 126 cederem e liberar na marra a licença para começar logo a pavimentação asfáltica dessa rodovia que corta a área Apinajé.

Diante desses fatos lamentamos a postura de alguns políticos que se dizem representantes dos povos dessa região. Por que esses deputados que se dizem "bonzinhos" não propõem também uma Audiência Pública na AL para discutir e solucionar a situação caótica das estradas internas das aldeias indígenas? Já que se dizem preocupados com a vida do povo; a manutenção e conservação das estradas internas das aldeias e assentamentos do estado deveriam ser pauta e prioridade desses parlamentares.

Mas a realidade é outra. Sabemos que é tudo pensado e diabolicamente arquitetado para que determinados grupos políticos e as oligarquias regionais se eternizem no poder e continuem oprimindo nosso povo e explorando nossas terras. E para continuar seus projetos políticos,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

usam os cargos públicos, o parlamento e a imprensa para manipular, mentir, enganar, intimidar e dividir nosso povo.

Neste contexto de insegurança e instabilidade social, nos últimos meses estamos sofrendo muitas pressões, ameaças e violências de parte desses grupos, que estão provocando e semeando o ódio, a divisão interna e a discórdia entre as famílias Apinajé.

Terra indígena Apinajé, 27 de fevereiro de 2014.

Associação união das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ



Indígenas e quilombolas pedem inquérito criminal para investigar deputados que deram declarações racistas

SÍTIO CIMI, 27.02.2014

Brasília – 27 de fevereiro de 2014 - Uma comitiva de quarenta indígenas Guarani, Guarani-Kaiowá e Terena protocolam hoje, às 14h30, na sede da Procuradoria Geral da República (PGR) uma representação em que diversas organizações indígenas, indigenistas e da sociedade civil solicitam que os deputados federais gaúchos Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) sejam investigados por racismo e outros crimes tipificados no código penal.

Mais tarde, por volta das 16h30, os indígenas irão até a sede da Advocacia-Geral da União (AGU) para entregar documento pedindo a revogação da Portaria 303 e realizar uma vigília contra a medida.

A ação tem como fundamento dois vídeos divulgados pelas redes sociais nas últimas semanas em que os deputados proferem discursos que ferem a ética parlamentar, incitam os agricultores à violência e fazem declarações racistas.

Segundo Lindomar Terena, liderança do seu povo e coordenador nacional da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), autoridades constituídas não podem agir de modo preconceituoso contra os indígenas e as outras minorias do povo brasileiro. “No nosso entendimento, esta atitude viola nossos direitos. Ao invés de incitar a violência dos pequenos produtores contra os indígenas, estes deputados têm a obrigação de apresentar soluções para resolver os impasses. Eles devem exigir o cumprimento da lei, que determina a demarcação de todas as terras indígenas, e não tentar mudar a lei para o benefício próprio e de alguns poucos privilegiados. Isso, nós não vamos permitir”, garantiu Lindomar.

Em uma Audiência Pública sobre Demarcação de Terras Tradicionalmente ocupadas por Povos Tradicionais, no dia 29 de novembro de 2013, no município de Vicente Dutra (RS), Alceu Moreira afirmou: “... se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista destes dar um passo na sua propriedade, nenhum. Nenhum. Usem todo o tipo de rede, todo mundo tem telefone, liguem um para o outro imediatamente, reúnam multidões e expulsem do jeito que for necessário. Até porque, quando expulsar não vão expulsar índio daqui, vão expulsar índios que foram orientados de fora para cá”.

Nessa mesma audiência, Heinze, referindo-se ao gabinete do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, afirmou: “... e ali, estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo o que não presta, ali estão aninhados... Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como no Pará estão fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade, foram corridos da propriedade. Isso que aconteceu lá”. Este vídeo pode ser acessado em: <http://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Apesar do deputado Heinze ter afirmado, após a ampla repercussão negativa da sua fala, que a sua afirmação teria sido “força de expressão”, uma outra gravação (<http://www.youtube.com/watch?v=gt1pENP8e8k&feature=youtu.be>) feita durante o chamado Leilão da Resistência, realizado no dia 7 de dezembro, em Campo Grande (MS), evidencia que a sua fala não foi um deslize, e sim um discurso racista e discriminatório premeditado.

Assinam a representação as seguintes organizações indígenas: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul), a Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpipan), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), o Conselho Aty Guassu Guarani Kaiowá e o Conselho do Povo Terena. Além delas, também assinam: o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto Socioambiental (ISA), o Greenpeace e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq).



Pró-Índio disponibiliza publicações esgotadas para download

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.02.2014

A Comissão Pró-Índio de São Paulo disponibilizou quatro livros esgotados para download em seu site. As publicações trazem discussões importantes dentro da antropologia e dos direitos indígenas. O objetivo é ampliar o conhecimento sobre os temas e fomentar discussões na sociedade. Em breve disponibilizaremos mais publicações.

O livro *A Perícia antropológica em Processos Judiciais*, publicado em 1994 pela Comissão Pró-Índio, Associação Brasileira de Antropologia e UFSC trás artigos de antropólogos e juristas sobre o tema, como João Pacheco de Oliveira e Dalmo Dallari.

A publicação *Índios Direitos Históricos*, de 1982, conta com apresentação de Manuela Carneiro da Cunha e traz as principais discussões do encontro realizado entre abril de 1981 com lideranças indígenas, antropólogos e missionários editadas pela equipe da Pró-Índio sob a coordenação de Lux Vidal.

Lições de Bahetá – Sobre a língua Pataxó HãHãHãĩ, publicado em 1982, retrata um momento histórico de retomada das terras dos Pataxó HãHãHãĩ. A pesquisa foi realizada neste contexto e Bahetá era a última falante da língua na época com mais de 80 anos.

Conflitos de Direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul também estava esgotado. O jurista Dalmo Dallari, a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva e o antropólogo Antônio Brand estão entre os autores do livro. O destaque do livro são as conquistas judiciais dos Guarani Kaiowá, nos anos 1990, descritas pela Procuradora Ana Lúcia Amaral.



Governo quer mais 4 meses para resolver a Questão Indígena da Fazenda Buriti. Até imóveis continuam invadidos

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.02.2014

Em mais uma reunião entre representantes do Ministério da Justiça e produtores rurais, com a participação do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, no fim da manhã de hoje (27), conseguiu-se um cronograma para o processo de aquisição das fazendas invadidas na área da Fazenda Buriti, no município de Sidrolândia.

O Ministério da Justiça enviou para coordenar a reunião o assessor especial Marcelo Veiga, representantes da Auditoria-Geral da União (AGU) e da Funai e do Incra. De acordo com Marcelo Veiga, na reunião foram acertado os prazos para o encaminhamento dos chamados contra-laudos.

No período de 6 de março a 6 de abril, os produtores entregarão os laudos que contestam os valores apresentados pela União. A Funai e o Incra terão, então, prazo de 6 de abril a 6 de maio para analisar os questionamentos. A intenção é que até 6 de junho o acordo sobre a compra e pagamento possa ser assinado na justiça.

"Se Deus quiser", exclamou o governador André Puccinelli. A reunião de hoje foi mais uma de várias outras onde nada é definido além da data da próxima.

Atualmente existem mais de 80 propriedades invadidas no Mato Grosso. Todas as que foram envolvidas pela Funai na chamada terra indígena buriti através de um laudo comprovadamente fraudulento estão ocupadas por índios.

A equipe do Questão Indígena fez uma avaliação expedita dos imóveis envolvidos e sugeriu, há oito meses, o valor R\$ 93.304.250,00. O governo ofereceu R\$ 75 milhões, enquanto os produtores pediram R\$ 100.



Polícia Federal conclui inquérito sobre triplo assassinato no sul do Amazonas e pede prisão de mais 25 pessoas

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 27.02.2014

A Polícia Federal (PF) concluiu o inquérito que apurou a morte de três homens sem etnia na Terra Indígena Tenharim Marmelos, em Humaitá, no sul do Amazonas. O caso está agora com o procurador Edmilson da Costa Barreiros Júnior, do 2º ofício do Ministério Público Federal (MPF), de Manaus.

No inquérito, o delegado Alexandre Alves, pede que a prisão temporária dos índios seja transformada em prisão preventiva. O pedido foi feito por Alves ao juiz Márcio André Lopes Cavalcante, da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal de Manaus. Mas, segundo o advogado Carlos Terrinha Almeida de Souza, além da modificação na prisão dos índios, o delegado também pede a prisão de outras 25 pessoas incluindo alguns não indígenas, acusados de coparticipação nas mortes.

Souza defende as famílias do professor Stef Pinheiro de Souza, 43 anos, do representante comercial Luciano Ferreira Freire, 30, e do técnico Aldeney Ribeiro Salvador, de 40, sequestrados e mortos em 16 de dezembro quando atravessavam a área indígena. Os corpos só foram encontrados numa vala no dia 3 de fevereiro, e enterrados, sob clima de protesto..

“No relatório, que tem 60 páginas, o delegado pede a prisão de mais 25 pessoas, na maioria índios, acusados de coparticipação no crime”, disse o advogado. Segundo ele, os índios tinham conhecimento dos crimes e atuaram para esconder a autoria das mortes.



Perfil de beneficiários de reserva extrativista é tema de debate

SÍTIO PORTAL BRASIL, 27.02.2014

Sistematização e análise da realidade produtiva das comunidades tradicionais facilita o acesso a serviços e políticas públicas

A Reserva Extrativista do Rio Cajari (AP) é uma das 25 unidades de conservação onde está sendo aplicada a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) com o objetivo de conhecer as comunidades e facilitar a definição do perfil de beneficiários em reservas extrativistas, florestas nacionais e reservas de desenvolvimento sustentável.

Através da Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT), a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), estruturou uma série de iniciativas para apoiar a implementação dessas unidades com populações tradicionais beneficiárias.

O DRP da Resex do Rio Cajari foi realizado pela equipe da UC entre os dias 16 e 22 de fevereiro e contou com o apoio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Populações Tradicionais (CNPT/ICMBio) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Aproximadamente mil pessoas participaram das reuniões realizadas em quatro comunidades: Água Branca do Cajari, Conceição do Muriacá, Paraíso e Maranata. A região apresenta menor IDH e sobressaem as atividades de agricultura de subsistência, tais como a extração da castanha do Pará, do açaí e de óleos naturais, além da produção de farinha de mandioca.

"A comunidade participou ativamente das dinâmicas propostas pelo Diagnóstico Rápido Participativo e as discussões trouxeram importante subsídio para a definição do perfil dos beneficiários. Estamos avançando no cadastramento das famílias e temos o anseio de concluí-lo o mais rápido possível, possibilitando às famílias extrativistas o acesso às políticas que auxiliem na promoção do uso sustentável e na elaboração e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão da UC", disse Francisco Edemburgo Almeida, chefe da Resex do Rio Cajari.

Nas oficinas são abordados elementos como: a história de ocupação dos moradores até a criação da reserva; a utilização dos recursos naturais; a relação com o sistema de produção agrícola, características da população residente e os problemas e as perspectivas de futuro nas UCs. A Resex do Rio Cajari é a nona unidade onde acontece o DRP. As demais unidades que serão atendidas pela iniciativa, terão suas atividades realizadas até o próximo mês de maio. "Essas 25 reservas extrativistas foram escolhidas para a aplicação do DRP por demandarem um debate mais aprofundado sobre o perfil das famílias beneficiárias. Após as comunidades discutirem e consolidarem uma proposta, esta será encaminhada ao Conselho de UC para ser

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

homologado. Em seguida, a lista das famílias beneficiárias será definida", disse o coordenador Geral de Populações Tradicionais do ICMBio, Leonardo Messias.

Contexto

A definição do perfil de beneficiários é uma etapa importante do cadastramento de famílias em UC, pois facilitará o processo de reconhecimento e aprovação da relação de famílias beneficiárias de cada unidade de conservação. O reconhecimento das famílias beneficiárias ocorre juntamente com o diagnóstico sócio-produtivo em unidades de conservação, que irá propiciar a sistematização e análise da realidade produtiva e de acesso a serviços e políticas públicas das comunidades tradicionais.

Fonte:
ICMBio



Indiaroba: produtos da mangaba na alimentação escolar

SÍTIO INFO NET, 27.02.2014

Ao todo, três cidades são contemplados com os alimentos

Agora são três municípios do Estado de Sergipe contemplados com os alimentos da Mangaba na Merenda Escolar. Nesta semana foi aprovado pela Secretaria de Educação do município de Indiaroba a contratação dos alimentos das Mulheres Extrativistas destinados à Alimentação Escolar.

O bolinho, os biscoitos e a polpa de Mangaba estarão no cardápio das escolas municipais a partir da segunda semana de março, fazendo parte da alimentação de cerca de 4000 estudantes.

Serão ofertados anualmente a quantidade 2000 bolinhos, além de 500 pacotes de biscoitos e 1000 kg da polpa da Mangaba.

Beneficiados nas Unidades Produtivas, os alimentos dos frutos da restinga possuem alto valor nutritivo e não se utiliza do uso de agrotóxicos. Em Japaratuba por exemplo, cerca de 4500 pacotes de biscoitos são produzidos, quinzenalmente, pelas Catadoras de Mangaba da Comunidade Porteiras e distribuídos nas Escolas Municipais. Já no município da Barra dos Coqueiros, mensalmente, são produzidos 3400 bolinhos de Mangaba para a Alimentação Escolar.

A produção e os cuidados com os alimentos produzidos são frutos das oficinas e do trabalho realizado durante este últimos três anos de Projeto Catadoras de Mangaba Gerando Renda em Sergipe. Com o patrocínio do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, está sendo possível o beneficiamento dos frutos da Restinga e a realização das três linhas de produtos da Mangaba.

Segundo o responsável técnico da Alimentação Escolar do município de Indiaroba, Alan Mendes, está é uma parceria firmada que pretende-se ampliar com o decorrer deste ano. "Para nós, é muito importante a aprovação dos produtos das Catadoras de Mangaba na merenda escolar. Queremos que a verba nacional destinada para a Alimentação Escolar seja investida na própria agricultura familiar do município. Este é um primeiro passo para firmar uma importante parceria com as produtoras do nosso município e a tendência é que a cada ano a gente amplie a inserção dos alimentos da Mangaba nas escolas", afirma.

Segundo a Tesoureira da Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI), Adirani Souza, a inclusão dos alimentos da Mangaba nas escolas servirão para ampliar a valorização do trabalho extrativista. "Nós já tínhamos tentado incluir nossos produtos na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Alimentação Escolar, mas nunca conseguimos. Deste vez, fomos aprovados e a esperança se acendeu. Acredito que agora é mais um passo para que o nosso trabalho e os nossos alimentos sejam mais valorizados”.

Com informações da Assessoria de Imprensa



Governo e sociedade discutem políticas para comunidades tradicionais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 28.02.2014

Reuniões promovidas por Comissão Nacional prometem fortalecer a identidade e o reconhecimento jurídico desses grupos sociais

Representantes do governo e da sociedade civil discutiram os procedimentos metodológicos e definiram as datas dos próximos encontros regionais e do encontro nacional Durante a 22ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

No Norte, haverá dois encontros, um em Manaus, de 14 a 17 abril, e outro em Belém, 5 a 8 de maio. No Centro-Oeste, o encontro será em Cuiabá, de 21 a 24 de julho; no Sul, em Curitiba, 25 a 28 de agosto; no Sudeste, no estado do Espírito Santo, 14 a 17 de setembro, com cidade a definir. Já o II Encontro Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais está marcado para os dias 17 a 20 de novembro, em Brasília.

Instrumentos

“Essa reunião é mais um passo no processo de fortalecimento da CNPCT, para que a política seja efetivamente implantada”, afirmou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme Cabral, que atuou como secretário-executivo na reunião, ao lado da presidente da mesa, a assessora da Secretaria Executiva do MDS, Katia Favilla.

A reunião realizada nesta quinta-feira (27) contou com vários palestrantes convidados, entre eles o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, Paulo Maldos. “Esta reunião revela uma preocupação do governo em tornar visível diversos instrumentos de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais”, disse. “Estamos vivenciando um processo histórico de construção da identidade dos povos e comunidades tradicionais, o que faz com que sejam sujeitos de direito, com reconhecimento jurídico”.

O representante da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento, Aloysio Guapindaia, apresentou o sumário executivo do monitoramento das agendas transversais de povos e comunidades tradicionais, dentro do Plano Plurianual 2012-2015. Por meio deste monitoramento participativo é possível verificar a implantação de várias políticas públicas para indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, o que permitirá ampliar a participação destes grupos sociais na elaboração do próximo PPA.

Ao final da reunião, a representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Cláudia de Pinho, destacou a importância do diálogo na construção da Política Nacional de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). "O espaço da CNPCT é para diálogo, para continuarmos a abrir novos caminhos e chegarmos ao consenso", disse.

Cooperação Técnica

Durante a 22ª Reunião Ordinária da CNPCT, o secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) do MMA, Roberto Cavalcanti, e o representante da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia e presidente do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), Rubens Gomes, assinaram o Acordo de Cooperação Técnica para a Construção do Protocolo Comunitário do Arquipélago do Bailique, no Amapá. Segundo Cavalcanti, o protocolo permite construir contratos melhores, mais claros e que assegurem confiança às partes.

"A partir da assinatura deste protocolo, um excelente caminho se abre para estabelecer precedentes capazes de embasar as decisões das comunidades e de quem quer fazer acesso a dados do patrimônio genético e a conhecimentos tradicionais", disse Cavalcanti. Ele garante que a iniciativa fortalecerá os conhecimentos das comunidades sobre seus próprios ativos, sendo importante para a manutenção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais.

Fonte:
Ministério do Meio Ambiente



Governo articula políticas sociais para a comunidade Quilombola Caraíbas

SÍTIO CLICK SERGIPE, 28.02.2014

Dentre as principais reivindicações dos moradores de Caraíbas estão o acesso à água de qualidade, assistência médica regular e possibilidades de geração de renda para a comunidade.

As comunidades tradicionais, dentre elas as quilombolas, são prioridade na destinação de políticas públicas. Foi na perspectiva de colaborar ainda mais com a garantia desse direito que na manhã desta quinta-feira, 27, representantes do poder público estiveram reunidos na Comunidade Remanescente Quilombola Caraíbas, localizada no município de Canhoba. A iniciativa partiu da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides), que mobilizou as Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, a Emdagro e a Cohidro para juntos construírem um plano de ação que promova melhorias para a comunidade.

A Seides esteve presente através dos Departamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, de Renda e Cidadania (DRC), de Assistência Social (DAS), além do Centro de Cultura e Arte mantido pela secretaria com o intuito de relacionar as potencialidades e necessidades locais com os programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria. A diretora do DSAN e coordenadora executiva da Câmara Interestadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), Rosane Cunha, afirmou que o objetivo da reunião é construir um plano de ação intersetorial voltado para a comunidade a partir de ações rápidas.

“O compromisso é construir um plano que seja possível de realizar, atendendo as necessidades mais urgentes da comunidade e enquanto isso continuaremos buscando solucionar os problemas que necessitam de mais tempo. Dessa conversa sairão os encaminhamentos necessários para melhorar a qualidade de vida dessa comunidade. Esse é um pontapé inicial porque pretendemos levar essa conversa para outras comunidades quilombolas”.

A líder comunitária e presidente da Associação Quilombola Dona Taquiza Piloto, Xifroneze Santos, explicou que o principal objetivo da reunião é garantir a implementação de políticas públicas para a comunidade. “Somos uma comunidade que reconhece os seus direitos e que segue lutando para que eles sejam cumpridos. Seja na área da assistência, da saúde, educação, habitação ou geração de renda todos os nossos direitos têm sido negados, por isso marcamos esse encontro. O ideal é que a gente possa construir juntos um plano que de fato seja concretizado, por isso vamos discutir sobre o que cada órgão pode fazer para nos ajudar”.

Dentre as principais reivindicações dos moradores de Caraíbas estão o acesso à água de qualidade, assistência médica regular e possibilidades de geração de renda para a comunidade. Para atender às demandas relacionadas à saúde, a Secretaria de Saúde, representada por técnicos das áreas de segurança alimentar e nutricional, equidade em saúde, vigilância epidemiológica e atenção básica ouviram atentamente os moradores e deram os principais encaminhamentos para resolver os problemas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

“Promover os direitos de comunidades em situação de vulnerabilidade social exige a responsabilidade compartilhada dos diversos órgãos e é por isso que nos reunimos hoje na tentativa de trazer soluções para as problemáticas enfrentadas por comunidades quilombolas que historicamente sofrem com a falta de direitos fundamentais. O diferencial é que hoje a nossa proposta é construir um plano de ação junto com a própria comunidade”, destaca Luiz Claudio Soares, técnico da área de promoção da Equidade em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.

Para fortalecer ainda mais a proposta de construção do plano, a reunião contou com a representante do município de Canhoba, a secretária adjunta de Saúde Clizelda Silva. “O município considera esse encontro muito importante porque também reconhece a prioridade que as comunidades quilombolas têm. Em nome da Secretaria de Saúde de Canhoba nos comprometemos a colaborar no que for preciso, em especial na área da saúde, para proporcionar melhores condições de vida para os moradores de Caraíbas”.

A construção do plano de ação para a comunidade Caraíbas também partiu do reconhecimento das potencialidades locais e da participação da comunidade. Para a nutricionista e representante da Emdagro, Maria Angélica Freitas, o primeiro passo é acolher as demandas, identificar os potenciais locais e aproveitá-los. “Não só na área da agricultura, mas em todas as outras precisamos aproveitar o que já existe na comunidade e atuar a partir desses potenciais, mas para isso precisamos contar com o apoio da comunidade. Os projetos e as ações que chegarem até aqui precisam ter os moradores como protagonistas e principais envolvidos”.

Dentre os encaminhamentos estão o agendamento de reuniões entre a comunidade e cada um dos setores ligados às principais demandas, que serão acompanhados por técnicos da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social (Seides).

27 de fevereiro de 2014 às 17:52



Mulher de comunidade quilombola da Amazônia relata história de superação em filme patrocinado pela Petrobras

SÍTIO PORTO NEWS, 28.02.2014

A tocaninense finalizou, semana passada, o curso de cinema no Rio de Janeiro e retornou à cidade de Arraias

A trajetória de luta e perseverança da tocaninense nascida em uma comunidade quilombola, Carlucia Soares, 26 anos, será o enredo do filme de curta metragem produzido pela própria protagonista. Mãe, mulher, negra e única a exercer a atividade de pedreira em sua comunidade natal, Carlucia é uma das vencedoras do Concurso Nacional de Histórias do Revelando os Brasis, promovido pelo Instituto Marlin Azul e patrocinado pela Petrobras.

A tocaninense finalizou, semana passada, o curso de cinema no Rio de Janeiro e retornou à cidade de Arraias, onde mora, para começar a rodar seu primeiro roteiro cinematográfico. Nesta fase, ela contará com o apoio de uma produtora regional, que irá providenciar os equipamentos de câmera e de som digitais, com operadores.

No filme intitulado "Mulher Guerreira", Carlucia narrará as dificuldades e o preconceito que enfrentou ao longo dos anos e como venceu cada obstáculo. "Essa oportunidade é tudo pra mim. Meu objetivo agora é despertar na sociedade que todo ser humano tem valor, destacando a igualdade entre homens e mulheres, independentemente de cor, sexo, religião e profissão. O instrumento para alcançar essa meta será o meu filme", conta.

A quinta edição do Concurso Nacional de Histórias do Revelando os Brasis selecionou 20 moradores de pequenas cidades de vários estados brasileiros (com até 20 mil habitantes) para participar de uma jornada pelo mundo do cinema. Por meio da iniciativa, realizada pelo Instituto Marlin Azul, com patrocínio da Petrobras, o grupo embarcou para o Rio de Janeiro para frequentar, durante duas semanas, as aulas de cinema e produção audiovisual.

De acordo com a coordenadora do projeto, Beatriz Lindenberg, a equipe vencedora do concurso é formada por dez professores, três jornalistas, dois produtores culturais, uma pedreira (Carlucia), um vendedor, uma estudante, um sociólogo e um ferroviário aposentado. "Essa quinta edição está especial e, certamente, teremos histórias muito interessantes pra contar e mostrar. Em todos os anos, o apoio da Petrobras tem sido primordial para fazer o projeto acontecer", relata.

As Oficinas de Formação e Realização Audiovisual aconteceram, durante 15 dias, no Centro Cultural da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Além de introdução à linguagem audiovisual, os alunos participaram de aulas sobre roteiro, direção, produção, fotografia, direção de arte, som, edição e finalização, pesquisa, mobilização, direitos autorais e comunicação colaborativa.

Fonte: girassol



Produtores da Buriti farão 'contra laudos' para reavaliar terras

SÍTIO PROGRESSO, 28.02.2014

Assessor do Ministério da Justiça concordou em receber novo laudo, que será feito pelos proprietários, para apresentar valor das áreas invadidas em MS

Os produtores rurais das 31 propriedades da região denominada Terra Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, deverão realizar, por conta própria, um contra laudo para apresentar ao governo federal, com dados técnicos que comprovem o valor real dos 15 mil hectares reivindicados como área indígena para ser anexada à Reserva Indígena Buriti, atualmente com 2,2 mil hectares.

O anúncio foi feito ontem, no início da tarde, depois de quase duas horas de reunião entre o assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, o governador André Puccinelli, produtores rurais e representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), Ministério Público Federal (MPF) e da comunidade indígena.

Veiga veio a Campo Grande por determinação do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, para tratar com os produtores rurais os valores a serem negociados pelos 15 mil hectares que serão destinados à reserva indígena.

O governo federal, baseado em laudos realizados por técnicos da União, avaliou as propriedades da área em conflito em R\$ 78 milhões, porém, conforme explicou ontem, logo após a reunião, o fazendeiro Ricardo Bacha, a terra pretendida pelos indígenas valeria pelo menos o dobro e o negócio poderia ter sido fechado em R\$ 150 milhões.

Bacha explicou que, com o prazo de 30 dias, a contar do dia 6 de março, os produtores terão que elaborar um contra laudo para apresentar ao governo federal no início de abril, de uma avaliação das terras e benfeitorias e dos valores das propriedades em disputa pela comunidade indígena.

De acordo com Bacha, serão contratados profissionais capacitados para fazer esses levantamentos e demonstrar ao governo federal, com provas técnicas, do valor real e legal dos 15 mil hectares pleiteados pelos índios.

"Cada propriedade tem uma história e deve ser avaliada de forma correta, por técnicos sem nenhuma influência governamental, para que sejam determinados valores corretos a serem pagos aos produtores", destacou Bacha.

Bacha também explicou que, dos 31 proprietários das áreas invadidas, apenas quatro permanecem em sua propriedade. Ele mesmo confirmou que deixou sua fazenda, a Buriti, em maio do ano passado e desde então está impedido de voltar ao local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

O assessor Marcelo Veiga confirmou que o governo federal resolveu rever os valores das terras e concedeu o prazo de 30 dias para que esses laudos, que devem provar tecnicamente os erros dos laudos oficiais, sejam apresentados para análise no Ministério da Justiça e nova reunião seja feita para avançar as negociações de compra das áreas.

O governador André Puccinelli, que destacou o papel do governo estadual na intermediar as negociações entre a União e os proprietários das áreas reivindicadas para os indígenas, afirmou que, em um dos laudos, os técnicos classificaram uma propriedade rural da área Buriti, de 900 metros de altitude, como passível de alagamentos, o que reduziria seu valor.

“Esse foi um dos erros apresentados no laudo oficial, provavelmente sem intenção, mas os produtores agora têm a oportunidade de realizar um novo laudo e apresentar dados que possam contestar os anteriores e demonstrar o valor real de suas terras e o governo federal está disposto a pagar se os produtores provarem que vale mais”, concluiu o governador, após a reunião.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Santarém tem 90 dias para consulta sobre educação indígena

SÍTIO WD NOTÍCIAS, 28.02.2014

A Justiça Federal determinou que a prefeitura de Santarém realize consulta sobre educação indígena num prazo de até 90 dias para edição de normas destinadas a organizar e estruturar as escolas que atendem os índios do município. A decisão atende a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Pará.

Foto: Agência Pará

A liminar também determina que a organização da consulta ficará a cargo do município e deverá ser pública, garantindo a participação de toda a comunidade local, além da participação direta do Ministério Público Federal (MP) e de outros órgãos públicos competentes, entre eles a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ainda cabe recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília (DF).



Prefeito Alcides Bernal recebe homenagem do conselho indígena

SÍTIO NOTICIDADE, 28.02.2014

Na 109ª Sessão Extraordinário do Conselho Municipal dos Direitos e Defesa dos Povos Indígenas (CMDDI) realizada nesta quinta-feira (27), no Conselho de Apoio aos Órgãos Colegiados (Caoc), o prefeito Alcides Bernal foi convidado e recebeu uma placa de homenagem por trabalhar em prol das causas indígenas da Capital. Uma das principais ações da Prefeitura de Campo Grande foi a criação da sub-secretaria para Assuntos Indígenas, órgão integrado à Coordenadoria de Assuntos Comunitários do Movimento Sociais e Populares.

De acordo com o presidente do Conselho dos Direitos dos Povos Indígenas, Eduardo Barbosa Pereira a homenagem foi mais do que justa ao prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal. "Somos gratos por ter espaço nesta administração. Há mais de 20 anos que lutamos por nossos direitos. Com a posse do prefeito tivemos em menos de um ano e dois meses de seu mandato conquista significativas aos povos indígenas como: o asfalto da Aldeia Marçal de Souza a criação da sub-coordenadoria com pessoas de nossa comunidade nomeadas e que falam das nossas dificuldades diretamente com o prefeito Alcides Bernal. Fizemos esta homenagem para agradecer as primeiras conquista dos povos indígenas e tenho certeza que muitas haverão de acontecer".

Para a coordenadora da sub-coordenadoria dos Povos Indígenas, Silvana Dias de Souza de Albuquerque seu povo têm reconhecimento diante da administração do prefeito Alcides Bernal. "Nós temos a honra de prestar esta homenagem ao prefeito que nos valoriza e dá atenção às nossas reivindicações. Conquistamos este espaço junto ao poder público e vamos trabalhar para que nossa comunidade receba todas as condições para ter uma vida digna, como todas as pessoas que moram aqui na Capital. Muito obrigado prefeito pela atenção aos povos indígenas", disse Silvana.

A secretária municipal das Políticas para as Mulheres, Jaqueline Romero disse que as mulheres indígenas têm o apoio de sua secretaria. "Vamos atender as necessidades não só das mulheres indígenas, mas também das crianças e dos homens. Agradeço ao prefeito e a todos pela oportunidade e parabéns aos idealizadores desta homenagem, que é muito justa ao prefeito Alcides Bernal".

O prefeito Alcides Bernal agradeceu a homenagem e firmou o compromisso de viabilizar melhorias aos povos indígenas de Campo Grande. "Defendo os anseios dos índios como defendo os anseios de todos os moradores da Capital. Tive a confiança da população no voto, para promover as mudanças. Essas mudanças estão na valorização do ser humano e que todos possam morar em nossa Capital com dignidade sem distinção. Vamos focar nos trabalhos que precisam ser feitos. Agradeço aos meus secretários e colaboradores de nossa administração. Que deste conselho indígena sai as demandas e as soluções se tornem realidade. Agradeço mais uma vez por esta homenagem. Muito obrigado", finalizou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

O evento contou com a presença da vereadora Luiza Ribeiro, do Secretário Municipal de Administração, Ricardo Trefzger Ballock; Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e do Agronegócio, Dharleng Campos de Oliveira; Diretor-Presidente da Agência Municipal de Habitação de Campo Grande, Dirceu de Oliveira Peters; Diretora-Presidente da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande, Ritva Cecília de Queiroz Garcia Vieira; Diretor-Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Julio Cesar Pereira Cabral; Diretor-Presidente da Fundação Social do Trabalho de Campo Grande, Aldo Eurípedes Donizete; Procurador-Geral do Município, Denir de Souza Nantes.
Emidio Denardi – Assessoria de Imprensa



TO-126 está bloqueada há cinco dias em protesto no Bico do Papagaio

SÍTIO G1, 28.02.2014

Estrada liga as cidades de Tocantinópolis e Maurilândia, no Tocantins. Manifestantes ameaçam por fogo em torre de energia elétrica.

O trecho da TO-126, que liga as cidades de Tocantinópolis e Maurilândia do Tocantins , no extremo norte do estado, está bloqueado desde segunda-feira (24), segundo informações da Polícia Militar. A região também é conhecida como Bico do Papagaio. Conforme as informações, indígenas e pessoas da região realizam um protesto no local, cobrando a pavimentação desse trecho da rodovia.

A PM explicou que o bloqueio obriga os motoristas a fazerem um desvio por São Bento do Tocantins , município mais próximo do local. Com isso, a viagem acaba ficando mais longas para os condutores que precisam trafegar de uma cidade para outra.

Ainda de acordo com a PM, os indígenas ameaçam por fogo e derrubar uma torre de energia elétrica localizada na região. Os manifestantes explicam que a medida é uma forma de chamar a atenção das autoridades, que até o momento não compareceram no local.

A Agência de Máquinas e Transportes do Tocantins (Agetrans) informou em nota que o Estado já possui um projeto para a pavimentação do trecho, mas que para a execução ainda falta a liberação junto à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso porque, conforme a Agetrans, a maior parte do trecho passa por dentro de terras indígenas. "Em nenhum momento deixamos de manter o diálogo, só que a questão depende da liberação dos órgãos informados acima", citou a nota.

O G1 entrou em contato com a Funai em Brasília e com o Ibama no Tocantins, e aguarda uma resposta.



Indígenas suspendem ameaça de atear fogo nas torres até encontro com Sandoval
SÍTIO T1 NOTÍCIAS, 28.02.2014

Deputado José Bonifácio se reuniu com líderes indígenas e do movimento na noite desta quinta. Eles devem se reunir com Sandoval Cardoso neste sábado...

O deputado José Bonifácio (PR) se encontrou na noite desta quinta-feira, 27, com os caciques das aldeias indígenas e líderes do movimento popular que reivindicam a pavimentação do trecho da TO 126 entre as cidades de Tocantinópolis e Maurilândia, na região do Bico do Papagaio.

Segundo o deputado, os indígenas se comprometeram a não atear fogo nas torres de energia elétrica até se reunirem com o governador em exercício Sandoval Cardoso (SDD). O encontro deve acontecer às 9 horas deste sábado, 29, em Tocantinópolis. "Suspenderam a fogueira por 24 horas até ouvir o governador", disse.

José Bonifácio informou que na manhã desta sexta-feira, 28, irá se encontrar com os caciques das 11 aldeias da área de preservação indígena para acertar os detalhes da reunião com o governador. De acordo com o parlamentar os caciques são chefiados pelo cacique da Aldeia Mariazinha e somente os indígenas estão ameaçando de atear fogo nas torres, no entanto, as barreiras montadas na estrada tem a participação dos moradores da cidade de Maurilândia e Tocantinópolis.

Impasse

Bonifácio afirmou que o Estado tem o projeto para a pavimentação do trecho da TO 126, mas que o pedido de autorização à Fundação Nacional do Índio (Funai) para realizar a obra na área indígena está parado no órgão.

"O Estado não consegue a autorização com a Funai e com o Ibama, mas o problema é mais com a Funai. O projeto que o governador se comprometeu a fazer e que está pronto se travou na Funai. Não foi culpa do governo, mas parou na Funai", afirmou.

O deputado disse ainda que a Funai está sendo omissa, pois não há um só representante do órgão no local. Ainda de acordo com ele, o cacique informou que não vão participar de novas audiências públicas. "O cacique disse que não vai participar porque já participou das que foram feitas em 2011. Vou discutir com a Funai. Nós vamos furar esse bloqueio", declarou o deputado.

O T1 Notícias procurou a Funai e aguarda posição do órgão sobre o assunto.



Irmãs confessam morte de indígena em lagoa de Itaporã

SÍTIO DOURADOS AGORA, 28.02.2014

Duas irmãs, uma de 22 e outra de 14 anos, confessaram ter matado uma jovem indígena no dia 23 de dezembro do ano passado. A vítima havia sido encontrada dentro de uma lagoa que fica em uma propriedade rural no município de Itaporã.

A mãe da vítima é madrasta das autoras. Segundo apurado pela polícia, as criminosas disseram que não tinham um bom relacionamento com a 'meio-irmã' e que já não suportavam mais suas provocações, por isso, decidiram matá-la.

Em depoimento, as irmãs contaram que foram a um hospital da reserva indígena para visitar uma tia, quando se depararam com seu desafeto que estava internado, mas que teria pedido ajuda para sair da casa de saúde, pois não queria mais receber atendimento médico.

A dupla retirou a vítima do local e se aproveitando da situação, começou a agredi-la. A jovem foi jogada dentro da lagoa, mas como resistia, foi retirada da água, amarrada e amordaçada, e em seguida agredida por todo corpo com vários golpes de pedra, e em seguida foi deixada novamente no lago, onde acabou morrendo. O delegado Marcelo Batistela Damaceno cuida do caso.



Justiça manda União garantir médico e remédios a índios Enawenê Nawê
SÍTIO METROPOLOTANA FM, 28.02.2014

A Justiça Federal deu prazo de 60 dias para que a União mantenha em estoque os remédios necessários aos índios da etnia Enawenê Nawê que vivem numa reserva indígena perto de Juína, a 737 km de Cuiabá.

A Justiça Federal deu prazo de 60 dias para que a União mantenha em estoque os remédios necessários aos índios da etnia Enawenê Nawê que vivem numa reserva indígena perto de Juína, a 737 km de Cuiabá. A decisão inclui os itens que constam da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e também aqueles que não estão na lista, mas que sejam prescritos por médicos. A multa para o descumprimento é de R\$ 5 mil. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do governo federal, informou por meio de assessoria de imprensa que ainda não foi notificada da decisão.

A determinação judicial atende a pedido do Ministério Público Federal (MPF) feito em dezembro do ano passado, baseado em relatórios de fiscalização e em denúncias dos índios a respeito da situação da saúde na aldeia.

A União tem ainda prazo de 30 dias para analisar a água consumida pelos índios na região, porque existe a suspeita de que esteja transmitindo verminoses e outras doenças. No último mês de dezembro, muitos índios tiveram conjuntivite, pneumonia e diarreia. Somente de conjuntivite, foram registrados 180 casos atendidos em um mês.

O governo federal terá também 30 dias para oferecer aos índios atendimento médico exclusivo e ininterrupto no posto de saúde da aldeia Halataikwa. O mesmo prazo é dado para que seja apresentado o planejamento para compra e reposição de remédios para os próximos seis meses e para estruturar o referido posto de saúde.

A Justiça mandou ainda que seja apresentado, em 60 dias, um cronograma sobre o andamento e o prazo para compra do terreno para a construção da sede de uma unidade de saúde para atender a outras duas etnias da região. Atualmente, os profissionais atendem dentro em um hotel alugado, onde fica instalada a unidade.



Barbosa suspende reintegração em áreas ocupadas por índios

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 28.02.2014

Evitar o risco à ordem pública e à segurança, com a movimentação involuntária de pessoas sem a perspectiva de vida digna, é uma medida tão importante quanto assegurar o cumprimento de reintegrações de posse. Com esse argumento, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, suspendeu seis liminares que determinavam a saída de indígenas de uma área rural nos arredores de Ilhéus (BA).

Ao todo, 30 ações de reintegração de posse foram ajuizadas por não índios na Justiça Federal da Bahia relativas à área. A decisão de Barbosa atinge seis liminares a favor dos autores que foram mantidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Ele atendeu o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, autor do pedido levado ao STF.

De acordo com Janot, a região em disputa já foi reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como de ocupação tradicional indígena. A autarquia aprovou estudo antropológico sobre o tema, o que segundo o procurador-geral indica a iminência de conclusão do procedimento demarcatório da terra Tupinambá de Olivença. Para ele, as reintegrações contribuem para o aumento da tensão, já que os índios resistem às remoções determinadas pela Justiça.

O TRF-1 havia mantido as medidas com o argumento de que, para evitar mais conflitos, seria melhor “preservar o estado de fato anterior ao esbulho alegado”, ou seja, retirar pessoas que ocuparam o local.

Barbosa, contudo, disse que os efeitos diretos e indiretos sobre a população envolvida “não parecem ter sido aspectos considerados pela autoridade judiciária”. “Considero presentes os requisitos autorizadores da medida de suspensão de liminar, em especial o risco à ordem pública e à segurança, tal como alegado pelo procurador-geral da República”, afirmou. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.

Fonte: Consultor Jurídico



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Documentário retoma denúncia de massacre de índios

SÍTIO O DIÁRIO, 28.02.2014

A denúncia de um massacre de índios que teria ocorrido em 1985 na Gleba Corumbiara, em Roraima, é ponto de partida para "Corumbiara", produção do francês Vincent Carelli, que levou um Kikito de melhor filme do Festival de Cinema de Gramado em 2009, e o prêmio União Latina no 25º Festival de Cinema Latino-Americano de Trieste, na Itália, em 2010.

Orientado pelo indigenista Marcelo Santos, autor da denúncia, Carelli busca, em um terreno recém-ocupado, sobreviventes que possam falar sobre o massacre e ajudar a levar os culpados à Justiça.

O filme narra de que maneira o local era ocupado e como os índios passaram a viver acucados naquela comunidade. Curta!, 21h30 de amanhã, livre.



Em MS, 13% das vagas nos concursos são para negros e índios

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MS, 28.02.2014

Em 10 de dezembro de 2008, a Lei 3.594 instituiu a cota de 10% para os negros. Um ano e meio depois, a Lei 3.939/2010 garantiu também a reserva de 3% das vagas para índios. A previsão da reserva de vagas deve constar nos editais dos concursos.

A Lei 3.594/2008 foi proposta pelo deputado Amarildo Cruz (PT) como medida de promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

“Em nosso país, a discriminação racial, uma das formas de segregação social, é dissimulada. O negro, ou o afro-brasileiro aparece muito timidamente nas instituições de ensino superior, nos quadros de empregados da iniciativa privada e no serviço público”, justificou o deputado na ocasião.

De acordo com a pesquisa de emprego do IBGE divulgada em janeiro deste ano, os trabalhadores negros ganharam no ano passado, em média, pouco mais da metade (57,4%) do rendimento recebido pelos funcionários de cor branca. A média salarial era de R\$ 1.374,79 para os negros e de R\$ 2.396,74 para os de cor branca.

A boa notícia foi de que, nos últimos dez anos, essa desigualdade diminuiu. Desde 2003, o salário dos negros subiu, em média, 51,4%, enquanto o dos brancos aumentou uma média de 27,8%.

Índios - Já a Lei 3.939, de 21 de julho de 2010, foi proposta pelo então deputado Pedro Teruel, também do PT. A lei dele modificou a de Amarildo, acrescentando a reserva de vagas para índios.

A intenção era contribuir para a inserção dos indígenas no mercado de trabalho. Muitos sofrem discriminação, têm dificuldade para conseguir bons empregos e dependem de cestas básicas distribuídas pelo governo.



Índios pedem rejeição de projetos que ferem direito dos povos indígenas

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 28.02.2014

Cerca de 30 representantes das etnias tupi, guarany e kayowá pediram aos integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, na quarta-feira (26), mais atenção para os problemas enfrentados por eles.

O ex-cacique Lindomar Terena ressaltou que existem projetos que são prejudiciais aos povos indígenas.

"Que todos os projetos de lei que ferem o direito dos povos indígenas seja a PEC 215/00, o PLP 227/12 e tantas outras que tramitam nesta Casa. Que essa comissão de Direitos Humanos se posicione duramente contra."

A principal reivindicação dos índios é a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/00) que submete ao Congresso Nacional a decisão final sobre as demarcações.

A proposta é polêmica porque - para aqueles que defendem os direitos indígenas - pode representar o fim de novas demarcações.

Comissão especial

Ao final da reunião na Comissão de Direitos Humanos, o grupo de cerca de 30 índios se dirigiu à reunião da comissão especial que analisa a PEC 215/00. Logo na chegada foram impedidos de entrar.

Depois, cinco representantes do grupo foram autorizados a permanecer na comissão, mas decidiram se retirar como forma de protesto.

O presidente da comissão especial, deputado Afonso Florence (PT-BA), afirmou que a medida foi tomada para que o excesso de pessoas não prejudicasse o andamento dos trabalhos.

"Não houve nenhum cerceamento no ingresso de cinco porque o plenário já estava cheio. Nós estávamos com uma condução difícil, muitas divergências."

Os integrantes da comissão aprovaram requerimentos para a realização de reuniões em 11 cidades entre elas, Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e Boa Vista, em Roraima. (Agência Câmara Notícias)



Indíos Apinagés interditam estrada entre Tocantinópolis e Maurilândia e prometem atear fogo em torre de energia

SÍTIO O PROGRESSO, 28.02.2014

(Tocantinópolis-TO) - O governador em exercício, Sandoval Cardoso irá neste sábado, 1º, em Tocantinópolis onde há três dias moradores e indígenas Apinajé bloquearam trechos da estrada em reivindicação. Segundo informou o deputado José Bonifácio que é da região e intermedia a situação, Sandoval irá até o local tranquilizar os manifestantes e anunciar a construção da estrada de Tocantinópolis até o limite da reserva.

O movimento quer a inclusão do trecho entre Tocantinópolis e Maurilândia que é de apenas 48km no projeto de asfaltamento do Governo que planeja fazer a pavimentação apenas do trecho entre Maurilândia e Itaguatins que é de 18 km. O Governador em exercício Sandoval Cardoso assinou na ultima sexta feira (21), a ordem de serviço para o início da pavimentação daquele trecho, e isso irritou os líderes do MPO que imediatamente responderam com a interdição da rodovia no povoado Folha Grossa distante 4km do centro de Tocantinópolis.

"Isso por enquanto resolve a demanda mas vamos continuar buscando em Brasília junto ao Ibama e à Funai para construir o resto que falta", frisou. Indígenas de 11 aldeias apinajés interditaram a rodovia junto com representantes do movimento organizado dos municípios de Tocantinópolis e Maurilândia.

O impasse ficou tenso esta semana quando os indígenas ameaçaram colocar fogo nas redes de transmissão e segundo o deputado da região já teriam até colocado a madeira na posição.

Um cacique de uma das aldeias garantiu que a torre será queimada se não houver medida urgente para construção do trecho. "Nós caciques decidimos que vamos tocar fogo nessa torre. Até agora nenhum órgão responsável, principalmente Ibama e Funai não compareceram aqui, eu espero que membros destes dois órgãos compareçam aqui, que conversem com a gente aqui, se eles não vierem nós já marcamos este prazo até sexta feira uma hora da tarde, se ninguém comparecer, estamos avisando para todo o Estado do Tocantins que nós vamos estar derrubando esta torre", disse o cacique.



Índios protocolam representação contra deputados

SÍTIO PORTAL RÁDIO CAÇULA, 28.02.2014

Grupo pede que Luiz Carlos Heinze e Alceu Moreira sejam investigados

Um grupo de representantes indígenas protocolou na última quinta-feira (27) na Procuradoria Geral da República representação contra os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS). Os índios querem que os dois sejam investigados e denunciados pelos crimes de incitação à violência, racismo e injúria qualificada.

Com o pedido de representação foram entregues dois vídeos, nos quais os deputados aparecem fazendo declarações sobre a questão da demarcação de terras indígenas.

Num deles, gravado durante uma audiência pública ocorrida em novembro do ano passado, no município gaúcho de Vicente Dutra, o deputado Heinz, ao criticar a atuação do ministro Gilberto Carvalho à frente da Secretaria Geral da Presidência da República afirma: "Ali, estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo o que não presta, ali estão aninhados".
Leia mais notícias de Política e Brasil

Na mesma audiência, o deputado Moreira, ao falar sobre o avanço dos processos de demarcações de terras indígenas, incentiva os produtores rurais presentes.

— Se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista destes dar um passo na sua propriedade. Nenhum. Usem todo o tipo de rede, todo mundo tem telefone, liguem um para o outro imediatamente, reúnam multidões e expulsem do jeito que for necessário. Até porque, quando expulsar não vão expulsar índio daqui, vão expulsar índios que foram orientados de fora para cá.

Segundo Lindomar Terena, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), entidade que coordenou a produção do documento encaminhado à Procuradoria Geral, os deputados deveriam conclamar os cidadãos a respeitarem as leis do País e não incitar à violência.

— Eles devem exigir o cumprimento da lei, que determina a demarcação de todas as terras indígenas, e não tentar mudar a lei para o benefício próprio e de alguns poucos privilegiados.

Além da Apib, assinaram a representação o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Greenpeace Brasil, Instituto Socioambiental (ISA), Centro de Trabalho Indigenista e Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

MPF/SE: sentença determina aquisição de terras para índios Fulkaxó

SÍTIO MPF, 28.02.2014

União e Funai devem demarcar as terras dentro de um ano

A pedido do Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE), a Justiça Federal determinou que a União e a Fundação Nacional a União do Índio (Funai) adquiram e demarcuem terras para mais de 70 famílias da etnia Fulkaxó, no prazo de um ano. A sentença determinou ainda que a Funai conclua dentro de quatro meses um processo administrativo instaurado no órgão para acompanhar o pedido feito pela etnia para aquisição de território.

Atualmente, os Fulkaxós vivem na terra indígena Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio (AL). Desde 2006, eles informaram à Funai a existência de tensões entre as duas etnias e a impossibilidade de habitarem a mesma terra indígena. Diante disso, os indígenas solicitaram à Fundação que viabilizasse a compra de uma fazenda que fica a cerca de 60 km da comunidade onde moram atualmente.

Fulkaxó – Os Fulkaxó se reconhecem como descendentes das etnias Kariri, Xocó e Fulniô. Todas as famílias dessa etnia fazem parte da comunidade Kariri-Xocó, mantendo-se ainda entre ambas as etnias importantes laços religiosos. No processo, a procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco ressalta que “ferir o direito ao território é, por consequência, atingir o direito indígena, constitucionalmente garantido, de os índios expressarem sua religiosidade, sua cultura e os seus costumes”.

Os réus ainda podem recorrer da decisão. O número do processo é 0003667-09.2012.4.05.8500

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal em Sergipe
(79) 3301-3874 / 3301-3837
ascom@prse.mpf.gov.br
Twitter: @MPF_SE



Produtores têm 30 dias para contrapor laudos da Funai para a região de Buriti
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 28.02.2014

Dia seis de junho é o novo prazo apresentado pelo Governo Federal para a solução definitiva da compra de terras na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, visando atender a demanda dos indígenas para aumentar a área da reserva Buriti. Produtores rurais da região, insatisfeitos com a precificação das áreas invadidas, têm de seis de março até seis de abril para apresentar laudos contrapondo os estudos apresentados da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esse foi o cronograma acordado entre produtores rurais e o assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, mediado pelo Governador do Estado, André Puccinelli, nesta quinta-feira (27), em reunião realizada na governadoria.

Depois de finalizado o prazo para a contraposição dos produtores rurais, a Funai e o Incra terão 30 dias para argumentar os valores estipulados para pagamento da terra nua e suas benfeitorias. E, finalmente, em seis de junho deverá ser acertada entre produtores e governo federal a venda das propriedades. Na região Buriti são 15 mil hectares distribuídos em 30 propriedades privadas incluídas nos estudos da Funai, sendo que 20 estão invadidas por indígenas, de acordo com o levantamento da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul).

A pedido do Ministério da Justiça, no dia sete de janeiro deste ano, representantes da Funai, do Incra e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) apresentaram os resultados da avaliação, com critérios próprios, da área de 15 mil hectares. Se efetivada a compra de toda área pretendida, a extensão da terra indígena Buriti passará de dois mil para 17 mil hectares. Ainda que insatisfeitos com a precificação, os produtores rurais aceitaram o acordo e apresentarão, dentro do cronograma estipulado, os contrapontos técnicos que amparam o valor das terras de região, consideradas de alta produtividade.

Em tempo, a equipe do Questão Indígena continua firme no resultado da avaliação expedita que fez há oito meses chegando no valor de R\$ 93.304.250,00. O governo ofereceu, através de laudos subavaliados, R\$ 75 milhões.



Nota sobre a situação de risco no entorno das Terras Indígenas dos povos Paumari, Banawa, Deni, Suruwaha e Hi Merimã, na bacia do rio Tapauá (Purus, AM)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.02.2014

A V. Exa. Deborah Duprat, VI Câmara da Procuradoria-Geral da República.

A V. Exa. Procurador Júlio José Araújo Junior, Ministério Público Federal, Amazonas.

Do Coletivo Purus, em 28 de fevereiro de 2014

Nós, antropólogos e pesquisadores de diversas instituições, organizados no Coletivo Purus, solicitamos ao Ministério Público Federal que assegure o direito das populações indígenas Paumari, Banawa, Deni e Suruwaha, na bacia do rio Purus, (Amazonas) à consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário.

Os povos indígenas Paumari, Banawa e Deni, e outros povos em situação especial de vulnerabilidade como os Suruwaha e os isolados Hi Merimã, habitam a bacia dos rios Tapauá e Cuniuá, no vale do Purus (Amazonas). Nos últimos dias, 15 balsas da empresa Petrobras entraram com equipamentos de prospecção mineral na bacia dos rios Tapauá e Cuniuá, no entorno dos seus territórios. A notícia partiu de informações de indígenas paumari da Terra Indígena Manissuã, de ribeirinhos, de comerciantes, de membros de organizações locais e de funcionários da Fundação Nacional do Índio. Até a presente data nem a empresa Petrobrás nem a FUNAI transmitiram informações detalhadas e consistentes sobre os empreendimentos cuja execução está sendo iniciada na região. Fontes locais confirmaram a chegada de balsas com grupos geradores de alta capacidade, tubulações e maquinaria de mineração. A preocupação pelos impactos da ação da Petrobrás sobre estas populações já foi matéria apresentada na Câmara dos Deputados, através da deputada Janete Capiberibe na sessão do dia 24 de fevereiro do presente ano, e no Senado da República, através de declaração do senador João Capiberibe, em sessão do dia 25 de fevereiro.

Nenhum dos povos indígenas da região teve acesso a qualquer processo de informação ou consulta. Impactos irreversíveis podem incidir sobre a vida de mais de 1300 pessoas que habitam nas Terras Indígenas Paumari do Manissuã, Paumari do Lago Paricá, Paumari do Cuniuá, Banawa, Suruwaha, Deni e dos isolados Hi Merimã. O total das terras indígenas da bacia alcança os 2.726.000 hectares. Esta região do interflúvio Purus-Juruá concentra ainda um dos maiores índices de biodiversidade da Amazônia, com elevados indicadores no que diz respeito à flora (aqui está a maior concentração de Sapotaceae da bacia amazônica) e fauna (mais de 170 espécies de mamíferos e mais de 550 espécies de aves vivem nela).

Até a presente data, representantes indígenas e da sociedade civil buscam informações mais precisas a respeito da intensa movimentação das balsas no rio Tapauá nos últimos dias. Testemunhas da comunidade ribeirinha na foz do rio Tapauá disseram que as atividades estão iniciando a pleno ritmo no rio do Sol e no igarapé Branco, afluentes do alto rio Tapauá.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 39./ 2014

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

O Brasil, como signatário da Convenção 169 da OIT, deve proteger o direito dos povos indígenas à consulta livre, prévia e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens, seus territórios e seus direitos originários.

28 de fevereiro de 2014

Assinam:

Ana Carla Bruno, CSAS/ INPA – NEPTA/ PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas
Andreia Bavaresco, Instituto de Educação do Brasil
Adriana Huber Azevedo, CIMI
Carlos Machado Dias Jr, PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas – NEAI
Eduardo Viveiros de Castro, PPGAS/ Museu Nacional
Fabiana Maizza, PPGAS/ Universidade de São Paulo
Gilton Mendes dos Santos, PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas – NEAI
Heny Trindade Barretto Filho, Diretor Acadêmico/ Instituto de Educação do Brasil
Karen Shiratori, PPGAS/ Museu Nacional
Marcelo Pedro Florido, PPGAS/ Universidade de São Paulo
Miguel Aparicio, PPGAS/ Museu Nacional
Oiara Bonilla, PPGAS/ Museu Nacional
Pirjo Kristiina Virtanen, Universidade de Helsinki
Rancejânio Guimarães, PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas
Renata Apoloni
Thereza Menezes, NEPTA/ PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas
Willas Costa, NEPTA/ PPGAS/ Universidade Federal do Amazonas